

DO CORPO À TERRA: CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS AO MUNDO CONSTRUÍDA NA IV MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

Nós, mulheres indígenas do mundo inteiro, pertencentes a diferentes nações do Brasil, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru, México, Costa Rica, Filipinas, Honduras, Suriname, Guiana, Zimbabué, Quênia, territórios, maretórios, ecossistemas, biomas, línguas, culturas e tradições, estivemos reunidas para a **IV Marcha das Mulheres Indígenas**, no Brasil, dirigimo-nos aos Estados, agências internacionais e nacionais, financiadores e à sociedade civil global para reivindicar os nossos direitos e a nossa participação plena, efetiva e igualitária e substantiva nos processos de tomada de decisão da governança global da justiça climática, bem como nos benefícios e resultados oriundos desses processos.

O movimento com o lema de “Nosso corpo, nosso território, somos as guardiãs do planeta pela cura da Terra” aconteceu no período de 02 a 08 de agosto de 2025, em Brasília (DF), capital do Brasil. Reunindo 7 mil mulheres indígenas do Brasil e do mundo, este encontro teve por principais eixos o acolhimento, a escuta profunda, o aprofundamento da reflexão coletiva e o fortalecimento do nosso compromisso ancestral com a vida.

Desde sempre, as mulheres e meninas indígenas foram parte dos processos que deram origem aos acordos globais do clima e do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da igualdade de gênero e raça, alimentando com os nossos conhecimentos, nossa luta e nosso sangue a construção de consensos entre os Estados que visam resguardar a possibilidade de um futuro comum e compartilhado no planeta Terra.

No Rio de Janeiro, em 1992, nós participamos da elaboração da Agenda 21 de Ação das Mulheres e das atividades do Planeta Fêmea, reivindicando a nossa participação, o acesso à informação e o nosso direito à terra. Fomos parte integral do momento em que o mundo acordou as Convenções-Quadro das Nações Unidas sobre o Clima, Biodiversidade e Desertificação e deu os primeiros passos para consolidar uma agenda conjunta em torno da noção de “desenvolvimento sustentável”, atualmente incorporada sob a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo dos anos de 1990, nossa atuação se manteve firme, contribuindo para a construção dos consensos básicos que deram origem à arquitetura do sistema internacional dos direitos humanos e da igualdade de gênero e raça, a partir das Conferências de Viena de 1993, do Cairo de 1994, de Pequim de 1995 e de Durban, em 2001.

Em Pequim, em 1995, pela primeira vez nos posicionamos como um movimento internacional de mulheres indígenas, ecoando as nossas vozes na Carta de Pequim das Mulheres Indígenas, denunciando a insuficiência dos acordos então estabelecidos para atender às necessidades e demandas específicas das mulheres indígenas. Denunciamos então os impactos do militarismo, da colonização, do capitalismo, da atuação das empresas, do racismo e do patriarcado, da degradação do meio ambiente e das mudanças climáticas sobre os nossos corpos-territórios, entendendo que essas questões seguiam negligenciadas pelos Estados.

Apesar desses esforços, nós, mulheres e meninas indígenas, nem sempre pudemos contar com a devida visibilidade, reconhecimento e memória das nossas contribuições nesses processos; e nem sempre tivemos os nossos pontos de vista e demandas refletidas nesses resultados, apesar de seguirmos sendo as principais afetadas pelos flagelos associados ao racismo, ao patriarcado, à colonização, ao capitalismo e à degradação do meio ambiente e às mudanças climáticas.

Neste movimento global para a **IV Marcha das Mulheres Indígenas no Brasil**, reivindicamos a nossa memória coletiva e urgimos, uma vez mais, pelo reconhecimento urgente das nossas vozes nos espaços internacionais: vozes dos povos tradicionais que resistem nas florestas, trabalham nos biomas, desertos, montanhas e ilhas, e atualmente se unem às vozes urbanas para denunciar que o agravamento da crise climática é produto de um capitalismo perverso encarnado no agronegócio e no neocolonialismo que destroem comunidades tradicionais e formas de produção que são responsáveis por manter nossas florestas e nossos biomas em equilíbrio.

Nosso movimento por justiça climática denuncia e se posiciona contra o seguinte:

- Nossos territórios seguem sendo violados pelos impactos das mudanças climáticas, por falsas “soluções verdes” e por projetos de transição energética sem sustentabilidade e sem nosso consentimento livre, prévio e informado;

- As restrições e violações aos direitos territoriais dos Povos Indígenas são uma causa estrutural de discriminação e violência contra os corpos-territórios das meninas e mulheres indígenas;
- A crise climática e do meio ambiente exacerbam a discriminação de gênero e raça contra as Mulheres e Meninas Indígenas, inclusive a violência de gênero, a violência sexual e o feminicídio, e destroem os meios de vida, a cultura e a espiritualidade das mulheres indígenas;
- Nossos corpos seguem sendo alvos de violência institucional, racismo estrutural, discriminação múltipla e violência com base em gênero;
- Nossas vozes ainda são silenciadas ou instrumentalizadas sem nossa participação real;
- As mulheres e meninas indígenas defensoras dos direitos humanos, da terra e do meio ambiente seguem sujeitas a intimidação, ameaças e todas as formas de violência, por reivindicarem os direitos de suas comunidades e territórios e das demais mulheres e meninas indígenas;
- Nosso patrimônio genético e de biodiversidade, nossas sementes, raízes e plantas têm sido explorados indevidamente sem o nosso consentimento e desaparecido em meio à degradação do meio ambiente e à predação de empresas e grandes conglomerados globais;
- Nossas soluções, conhecimentos, ciência e práticas são invisibilizadas ou apropriadas por políticas públicas e científicas sem respeito às nossas epistemologias.

Por isso, recordando a Carta de Pequim das Mulheres Indígenas e respaldadas na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, suas revisões e conclusões acordadas da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e nas recomendações feitas aos Estados parte nos processos de revisão, na Recomendação Geral n. 39 do Comitê CEDAW, na Declaração e Programa de Ação de Durban e na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), na Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), na Declaração Final da Cúpula dos Povos (Rio+20), no Acordo de Escazú, na Convenção 169 da OIT, na Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, reafirmamos:

- Que nossas existências dentro dos territórios são soluções vivas para a crise climática;
- Que reconhecimento sem participação, poder e consulta adequada não é suficiente;
- Que o financiamento direto e sem intermediários às organizações de mulheres e meninas indígenas é urgente;
- Que a justiça climática e ambiental está associada à justiça social, de gênero e raça, à justiça reprodutiva e à proteção de nossos corpos-territórios;
- Que os Estados devem reconhecer e garantir nossos direitos à terra, à água, às sementes, à saúde, à cultura e ao meio ambiente saudável e sustentável;
- Que nossas meninas indígenas também devem ser protegidas em seus direitos e ter garantidos espaços seguros para seu crescimento, participação política e proteção contra todas as formas de violência;
- Que a autodeterminação e o direito a construir nossos planos de vida precisam ser assegurados como política de Estado;
- Que os sistemas de justiça, estatais e indígenas, devem garantir acesso efetivo e seguro às mulheres e meninas indígenas, inclusive com medidas culturais e linguísticas adequadas, garantindo reparação integral e combate à impunidade;
- Que as mulheres indígenas lideranças espirituais devem ter garantido o direito a exercer livremente suas crenças, práticas e tradições, livres de violência e intimidação por agentes públicos ou privados.
- Que as defensoras indígenas e nossas lideranças tenham direito à proteção diante da criminalização, do assédio e da violência promovida por agentes públicos e privados.

Convocamos todos os Estados, agências internacionais e nacionais, financiadores e a sociedade civil global para:

- Garantir assentos permanentes e com direito a voz e voto para mulheres indígenas nas negociações climáticas, ambientais e sociais;
- Fortalecer uma agenda internacional liderada por mulheres indígenas para incidência, monitoramento e participação efetiva nos processos de tomada de decisão em temas climáticos, de biodiversidade e direitos humanos;

- Apoiar e financiar os planos de vida, estratégias comunitárias e alianças territoriais construídas com base no Bem Viver, nos conhecimentos tradicionais e no protagonismo das mulheres indígenas;
- Incorporar medidas específicas que eliminem a violência com base em gênero contra mulheres indígenas, incluindo violência política, ambiental e espiritual;
- Revogar leis e práticas que discriminem direta ou indiretamente mulheres indígenas, inclusive nas questões de herança, acesso à terra e capacidade jurídica plena;
- Apoiar medidas que fortaleçam o direito à autoidentificação, à autonomia dos corpos e à justiça reprodutiva, à diversidade sexual e de gênero dentro dos povos indígenas, com atenção especial às mulheres indígenas LBTI+ e com deficiência;
- Estabelecer mecanismos transparentes e acessíveis de monitoramento, denúncia e reparação de violações aos direitos das mulheres indígenas, respeitando seus idiomas, culturas e formas próprias de justiça.
- Apoiar a integração das perspectivas específicas de mulheres e meninas indígenas no processo de revisão e ampliação do novo Plano de Ação de Gênero da UNFCCC, garantindo atividades e financiamentos direcionados para mulheres e meninas indígenas.

E ainda, reafirmamos a urgência de medidas estruturantes e operacionais que garantam a efetividade das nossas demandas:

- Que a participação das mulheres indígenas na governança territorial seja decisiva, e não apenas simbólica ou numérica, assegurando poder real sobre o direcionamento dos territórios;
- Que países e organizações aliadas incluam em seus estatutos e estruturas institucionais a participação obrigatória das mulheres indígenas;
- Que seja criada uma comissão internacional de acompanhamento dos acordos firmados em espaços como a COP, com participação ativa das mulheres indígenas, para monitorar avanços, impactos e garantir transparência;
- Que os processos de financiamento sejam flexibilizados e adaptados à realidade dos povos indígenas, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas e administrativas em todos os níveis (nacional, local, municipal);

- Que o financiamento seja direto às comunidades e organizações de mulheres indígenas, com acompanhamento técnico e fortalecimento da capacidade administrativa, respeitando a autonomia e os planos de vida construídos coletivamente;
- Que sejam criados fundos específicos para mulheres indígenas defensoras, viúvas e famílias vítimas de violência armada, com apoio jurídico, psicológico e comunitário;
- Que sejam estabelecidos mecanismos de proteção para lideranças indígenas femininas, com visibilidade das violências vividas e garantia de segurança física, espiritual e política;
- Que se reconheça o papel da mulher indígena no Bem Viver, valorizando sua liderança conforme os sistemas de conhecimento e cosmovisões próprias;
- Que haja financiamento exclusivo para os planos de vida das mulheres indígenas, com proteção dos conhecimentos ancestrais e coletivos, e integração com as agendas de biodiversidade;

Que sejam fortalecidas linhas de trabalho lideradas por mulheres indígenas, como:

- Planos de mitigação ambiental feitos por e para mulheres;
- Soberania alimentar com fortalecimento das chagras e práticas agroecológicas;
- Economia indígena da mulher e economia de gênero voltada para meninas e meninos.

Estamos aqui. Estamos vivas. Somos guardiãs, somos lideranças, somos o presente e o futuro. Sem o corpo das mulheres indígenas, não há território; sem o território, não há justiça climática: Não há justiça climática sem a participação das mulheres indígenas.

(Assinaturas, local e data, com possibilidade de complementar com nomes das organizações ou coletivos presentes)

DO CORPO À TERRA: CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS AO MUNDO
CONSTRUÍDA NA IV MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

DEL CUERPO A LA TIERRA: CARTA DE LAS MUJERES INDÍGENAS AL MUNDO
CONSTRUIDA EN LA IV MARCHA DE LAS MUJERES INDÍGENAS

FROM THE BODY TO THE EARTH: LETTER FROM INDIGENOUS WOMEN TO THE WORLD
CONSTRUCTED AT THE IV MARCH OF INDIGENOUS WOMEN

Nome Nombre Name	Povo indígena Pueblo Indígena Indigenous People	Organização Organización Organization	País País Country	Assinatura Firma Signature
Yolandita Garabato	Emberá	AMARIE	Paraná	Yolandita Garabato
Sara Omi	Embera	AGCT	PANAMA	Sara Omi
Berisela Antaya	Kanasha	AIDESGA	PERU	Berisela Antaya
Cynthia Giovana		AIDEESEP	Peru	Cynthia Giovana
ROXANA DURIS BAUDISTA	YAMUANA	SNAMIB	Bolivia	Roxana Duris Baudista
Yanyan Benavente Villegas	CONARCA PESO TJEY DI	CONAPIP	Paraná	Yanyan Benavente Villegas
Consuelo Rocela Casanova	Comuna General y la Boyaca	CONAPIP	Paraná	Consuelo Rocela Casanova
(Roselene Torres)	Coalición Nacional Mujeres Indígenas	CUMI	Colombia	Roselene Torres
Carmen Tojca N	Kamëntsa	OPAC	Colombia	Carmen Tojca N
Amalia Ariza de Garrido	Pueblo Yine / Comunidad Ni-Nuca Oca	FEWAMAS	Perú	Amalia Ariza de Garrido
Farah Rojas Tiroo	-	FEWAMAS	Perú	Farah Rojas Tiroo

Ao assinar este documento, autorizo o uso da minha imagem, em caráter definitivo e gratuito, nas fotografias e filmagens realizadas durante o evento.
Por la presente, autorizo el uso de mi imagen, de forma definitiva y gratuita, en las fotografías y filmaciones realizadas durante el evento.
By signing this document, I hereby authorize the use of my image, permanently and free of charge, in photographs and videos taken during the event.

DO CORPO À TERRA: CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS AO MUNDO
CONSTRUÍDA NA IV MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

DEL CUERPO A LA TIERRA: CARTA DE LAS MUJERES INDÍGENAS AL MUNDO
CONSTRUIDA EN LA IV MARCHA DE LAS MUJERES INDÍGENAS

FROM THE BODY TO THE EARTH: LETTER FROM INDIGENOUS WOMEN TO THE WORLD
CONSTRUCTED AT THE IV MARCH OF INDIGENOUS WOMEN

Nome Nombre Name	Povo indígena Pueblo Indígena Indigenous People	Organização Organización Organization	País País Country	Assinatura Firma Signature
Juanne Torqui N.	Bolivia	CNAMIB	BOLIVIA	Juanne Torqui N.
Andréa Baroni B. Faria	Brasil	Empox/Umh	Brasil	Andréa Baroni B. Faria
Guiana Vieira Borges	Brasil	UNIRIO/GEASUR	Brasil	Guiana Vieira Borges
Lizmaeth Berugate	Paraná	C. E. V. / C. M. L. T.	Paraná	Lizmaeth Berugate
Candida Dereck	MISKITU/HONDURAS	CUMI / AMPB Alianza Global	Honduras	Candida Dereck

Ao assinar este documento, autorizo o uso da minha imagem, em caráter definitivo e gratuito, nas fotografias e filmagens realizadas durante o evento.
Por la presente, autorizo el uso de mi imagen, de forma definitiva y gratuita, en las fotografías y filmaciones realizadas durante el evento.
By signing this document, I hereby authorize the use of my image, permanently and free of charge, in photographs and videos taken during the event.